



PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

Gabriela Coelho Silveira

**O imperativo de felicidade contemporâneo como causa de adoecimento
psíquico: contribuições psicanalíticas possíveis**

SÃO PAULO – SP
2025

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

Gabriela Coelho Silveira

**O imperativo de felicidade contemporâneo como causa de adoecimento
psíquico: contribuições psicanalíticas possíveis**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para a graduação no Curso de Psicologia na Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Sergio Wajman.

SÃO PAULO – SP
2025

TÍTULO: O imperativo de felicidade contemporâneo como causa de adoecimento psíquico: contribuições psicanalíticas possíveis.

Ano: 2025

Áreas do conhecimento: 7.07.00.00-1 - Psicologia

Orientanda: Gabriela Coelho Silveira

Orientador: Prof. Dr. Sergio Wajman.

RESUMO

A presente pesquisa se propôs a refletir acerca do tema do imperativo de felicidade contemporâneo e sofrimento psíquico na atualidade e, assim, contribuir para o entendimento das formas de sofrer na atualidade e da posição da clínica psicanalítica frente a esse fenômeno. Utilizou-se, para tanto, o viés conceitual psicanalítico. A metodologia utilizada na pesquisa foi a de revisão bibliográfica de periódicos, artigos científicos e dissertações que discutem os temas do trabalho. Os materiais foram obtidos por meio de portais, plataformas acadêmicas e em modalidade física. Espera-se contribuir para o entendimento das formas de sofrer na atualidade e da posição da clínica psicanalítica frente a esse fenômeno.

Palavras-chave: Felicidade; Depressão; Psicanálise; Neoliberalismo; Sofrimento psíquico.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. MÉTODO	7
3. UMA BREVE HISTÓRIA DA FELICIDADE	8
4. FELICIDADE E PERFORMANCE NA PÓS-MODERNIDADE	15
4.1. A sociedade do espetáculo	15
4.2. Fabricando a felicidade	16
5. NEOLIBERALISMO, PSICANÁLISE E PSICOPATOLOGIA	20
5.1. Neoliberalismo e sofrimento psíquico	20
5.2. Sujeito da repressão vs. sujeito do desempenho	23
5.3. Transtornos psiquiátricos de nosso tempo	27
5.4. Onde a psicologia entra nisso?	31
5.5. Depressão e o direito à tristeza	33
6. CONCLUSÃO	38
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Dicionário Michaelis, o termo “felicidade” provém do Latim “FELICITAS” e significa: i) Estado de espírito de quem se encontra alegre ou satisfeito; alegria, contentamento, fortúnio, júbilo; ii) Acontecimento ou situação feliz ou alegre; sorte, sucesso, ventura (Felicidade, 2024).

É verdade que não existe apenas um significado para o significante “felicidade” e que tais significados passaram por transformações ao longo da história da sociedade. A busca por felicidade, entretanto, é algo que está presente no imaginário popular e nos anseios de cada indivíduo. O que seria a felicidade, então? Como alcançá-la? É uma pergunta constantemente feita e que muitos passam a vida tentando responder.

Por mais difícil que possa ser definir a felicidade ou o sofrimento, uma vez que subjetivos, é possível traçar uma história da felicidade. É inegável que épocas e culturas definem as visões subjetivas do que é bom, ruim, prazeroso ou não. Da mesma forma, abrem possibilidades, caminhos, definem padrões e regras.

Em nenhum outro momento da história moderna tivemos tantas oportunidades de felicidade como temos agora e, apesar disso, continuamos infelizes - é isso que argumenta Lipovetsky (2007). Os casos de depressão são cada vez mais frequentes, sendo chamada até de a *doença do século*. De acordo com dados do Ministério da saúde¹, a prevalência da depressão ao longo da vida, é de aproximadamente 15,5% no Brasil, país com os maiores índices de depressão da América Latina, de acordo com pesquisa publicada na revista científica The Lancet – Regional Health Americas (Errazuriz et al., 2023). E mais, ainda de acordo com os dados do Ministério da Saúde citados acima, ocupa a primeira posição nas causas de ônus quando considerado o tempo com incapacitação ao longo da vida. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), por sua vez, estima que mais de 300 milhões de pessoas convivem com essa condição².

Tantas opções, tanto conhecimento, tanta – ou pelo menos suposta – liberdade, tantas possibilidades de felicidade e, em contrapartida, índices altíssimos de transtornos psíquicos como

¹ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Depressão. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/depressao> . Acesso em 21 jun. 2024.

² ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Depressão. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao> . Acesso em 21 jun. 2024.

depressão, ansiedade, síndrome do burnout, dentre outras, como mencionado. A primeira pergunta de pesquisa que se coloca é esta, por que tamanha infelicidade justamente quando há tantas possibilidades de vida e de felicidade?

O que motivou a pesquisa sobre esta temática foi a percepção de como os sujeitos são intimados à felicidade na sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, a alta prevalência de sofrimento psíquico na atualidade. A percepção desta antítese fez com que surgisse a vontade de pesquisar sobre o assunto. Considerando que um dos principais tratamentos para a depressão, ao lado do medicamentoso, é a psicoterapia (Schestatsky e Fleck, 1999), a prevalência deste transtorno na clínica psicológica justificou uma pesquisa acerca dos causadores de infelicidade na contemporaneidade com vias de contribuir para a discussão e produzir conhecimento que possa auxiliar na prática psicoterápica.

Dessa forma, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender o tema da infelicidade contemporânea e os padecimentos psíquicos particulares deste século.

Buscou-se, assim, investigar as relações entre a própria forma de se viver no Capitalismo contemporâneo e os imperativos de felicidade, de um lado, e a angústia e o adoecimento psíquico atual, de outro. De que formas estão correlacionados esses polos e onde se situa a psicanálise nessa questão?

Além disso, as perguntas norteadoras que deram origem à pesquisa foram: seria justamente a demanda de felicidade que causa o sofrimento psíquico presente em nossa era? Assim, frente a tantas possibilidades de felicidade, estaria o homem fadado ao sofrimento? Seria a própria busca incessante por felicidade mais danosa do que o contentamento? E seria a depressão na atualidade uma resposta justamente às demandas excessivas do Capitalismo tardio, sendo o adoecimento depressivo, mais do que qualquer coisa, uma saída para tal lógica perversa capitalista? Buscou-se analisar tais temas à luz das teorias psicanalíticas.

2. MÉTODO

A presente pesquisa adotou o método da revisão bibliográfica descritiva, com a finalidade de buscar o que se entende na literatura sobre o tema da felicidade contemporânea e como este pode se relacionar com os conceitos clássicos psicanalíticos. Tomando como referencial teórico a psicanálise, a pesquisa investigou o tema tomando como base os meios conceituais oferecidos pela psicanálise para fundamentar as reflexões produzidas e os resultados alcançados. A partir do levantamento bibliográfico, as informações serão apresentadas e discutidas.

Para se traçar uma história do que se entende por felicidade ao longo dos diferentes momentos e sistemas econômicos da humanidade utilizou-se, principalmente, a obra “A euforia perpétua: ensaio sobre o dever de felicidade”, de Pascal Bruckner (2002), filósofo francês que discorre sobre o tema.

Buscou-se, também, investigar as formas de sofrer no sistema neoliberal atual e a implicação da clínica psicanalítica no entendimento destas formas de sofrimento. A principal obra utilizada para situar o que se entende aqui como neoliberalismo e o sujeito produzido por tal racionalidade econômica foi “Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico” (Safatle, Da Silva Junior e Dunker, 2021).

Foi utilizado o enfoque qualitativo, com a finalidade de compreender os fenômenos dentro dos contextos de pesquisa, bem como seus significados.

Os objetivos específicos consistiram em: i) entender se tais formas de sofrimento são novas, ou seja, surgiram na atualidade, ou se o ser humano possui um padrão de sofrimento ao longo da história e; ii) entender se tais formas de sofrimento representam uma antítese da ideia de “felicidade”, ou se são conceitos que coabitam.

3. UMA BREVE HISTÓRIA DA FELICIDADE

Um dos questionamentos que motivou a presente pesquisa foi: os seres humanos, de uma forma geral, são mais infelizes hoje do que eram no passado? Seria o sofrimento uma constante para o homem, mudando-se apenas a forma de se sofrer, ou a predominância de diagnósticos como a depressão e ansiedade na atualidade revelam que a humanidade está adoecida como nunca antes?

Tratam-se, evidentemente, de perguntas de muito difícil resposta. Reconhece-se que temas como o da felicidade e o do sofrimento são extremamente subjetivos e a experiência humana é invariavelmente individual:

Desde a Antiguidade não se assiste a outra coisa que não seja a história de seus sentidos contraditórios e sucessivos: Santo Agostinho, em seu tempo, já contava não menos de 289 opiniões diferentes sobre o tema, o século XVIII dedica a ele perto de 50 tratados, e não cessamos de projetar sobre épocas antigas ou sobre outras culturas uma concepção e uma obsessão que pertencem apenas à nossa. É da natureza desta noção o fato de ser um enigma, fonte permanente de disputas, como uma água que pode adotar todas as formas, mas que nenhuma forma esgota. Existe a felicidade da ação como da contemplação, da alma como dos sentidos, da prosperidade como do despojamento, da virtude como do crime. As teorias da felicidade, dizia Diderot, nunca contarão senão a história dos que as fazem. (Bruckner, 2002, p. 15).

Conceituar termos tão vagos quanto “felicidade” é impossível. É possível, entretanto, discutir o que as sociedades, no curso da história parecem revelar sobre como esse significante costuma aparecer. A fim de compreender o tema e visualizar um panorama de como os assuntos foram tratados e entendidos durante os últimos séculos, buscou-se historicizar a felicidade, a partir do que se entendia e do que se entende sobre o termo.

Para tanto, utilizou-se principalmente a obra “A euforia perpétua: ensaio sobre o dever de felicidade”, de Pascal Bruckner (2002), na qual o filósofo francês discorre sobre a expressão da felicidade na sociedade contemporânea e ao longo da história.

Para dar início a esse empreendimento, abordaremos primeiramente a Idade Média, período no qual o mundo terrestre era visto como mera ponte para a vida futura junto a Deus. Na vida terrena, os homens não deveriam construir sua morada, mas apenas atravessá-la. O autor aponta que, a felicidade, portanto, só era possível em Deus e todo o resto configurava engano e dissimulação.

O sofrimento no cristianismo é entendido como a “reparação de um erro que nos macula desde o nascimento” (Bruckner, 2002, p. 32). O pecado original, dessa forma, era um fato inescapável e o

sofrimento humano consequência direta disto. Os fiéis, entretanto, teriam a chance de alcançar a felicidade futura se usassem desse sofrimento como forma de alcançar a salvação, a partir da penitência e abnegação.

É possível verificar que o sofrimento, naquele período, era norma para a Igreja católica. A saúde e a felicidade, por outro lado, são uma anomalia. Somente nesse sofrer o homem encontraria a paz espiritual, transformando a miséria em uma oportunidade de aproximação a Cristo: “Com a religião, o sofrimento se torna um mistério que não deciframos, a não ser sofrendo. Estranho mistério graças ao qual, por outro lado, tudo se explica!” (Bruckner, 2002, p. 35)

As pequenas alegrias terrenas, hoje enxergadas como tão relevantes para suportar o dia a dia moderno, eram entendidas como sensações demasiado efêmeras se comparadas à promessa de salvação eterna. Eram vistas, inclusive, como motivo de vergonha, enquanto o sofrimento e abnegação revelavam atitudes que indicavam uma proximidade da pessoa com Deus. Dessa forma, a fruição de prazeres entendidos como carnavais, que se afastavam da sacralidade, não pesava mais que a penitência entendida como necessária para garantir um lugar ao lado de Deus após a morte.

Em Mateus 7:13, Jesus diz: "Entrai pela porta estreita, porque larga é a porta, e espaçoso o caminho que conduz à perdição, e muitos são os que entram por ela" (Bíblia, p. 18). O trecho revela como a Igreja impunha um modelo de conduta bastante rígido como condição para não afundar no pecado e se afastar da salvação e explica o abandono de prazeres imediatos em favor de uma promessa de felicidade que ocorrerá apenas após a morte. Uma vez que a única serventia desta vida seria esperar pela próxima, “o páthos da salvação deve prevalecer à preocupação com a felicidade” (Bruckner, 2002, p. 26)

Ainda assim, é possível verificar que não se tratava de uma dicotomia tão intransigente. O pecado poderia ser contornado a partir do arrependimento e penitência, que possibilitava que o fiel alternasse o erro com a absolvição. Aqui ganha destaque também o conceito de purgatório, surgido apenas no século XII em resposta aos milenarismos (Bruckner, 2002), que abre uma terceira via, tornando o fardo da escolha entre pecado e salvação menos pesados e afastando a irreversibilidade de uma vida que não abdicava dos prazeres terrenos.

Ainda no século XII, um fenômeno interessante passa a ser difundido na França: o sistema de penitência tarifada, que consistia em doações em dinheiro, orações ou missas. Através de doações, atendimento a missas ou peregrinações os fiéis esperavam reduzir os anos de purgatório (Bruckner,

2002), como se se tratasse de uma transação mercantil, uma moeda de troca. Relativiza-se, assim, o pecado, entendendo que esse pode ser mitigado por atos a favor da Igreja.

Bruckner (2002) afirma que a felicidade como temática surge a partir do cristianismo, mas é contra ele que se desenvolve de forma livre. A curiosidade e insaciabilidade dos homens em saber o que lhes espera após a morte faz com que busquem uma prévia em vida. O autor cita Hegel, chamando atenção para sua percepção, antes de qualquer um, de que a religião católica contém nela mesma todos os germes de sua superação. A partir do Iluminismo, dessa forma, a dor e o sacrifício não mais são entendidos como atitudes que elevam o ser humano, mas como um arcaísmo. O prazer, enfim, ganha lugar estabelecido de destaque.

O estabelecimento do Iluminismo, juntamente com a Revolução Francesa, marca o “esvanecimento do pecado original” (Bruckner, 2002, p. 40) por meio da promessa de felicidade que agora se endereça à totalidade dos seres humanos. A felicidade, nesse momento da história, deixa de ser enxergada como algo a se esperar na vida após a morte ou indigno a nós, humanos, e passa a ser alcançável aqui e agora. O sofrimento, dessa forma, não mais encontra consolo no além, e são as melhorias terrenas, no homem e no mundo, as novas respostas para a dor:

A esperança de felicidade triunfa sobre o declínio da ideia de salvação e da ideia de grandeza, sobre a recusa tanto da religião quanto do heroísmo feudal: nós preferimos ser felizes em vez de sublimes ou salvos (Bruckner, 2002, p. 41).

Os principais pensadores da época passaram a sustentar a fuga do desconforto e a capacidade do homem de criar o novo, o bom, instaurando o bem-estar geral. Bruckner (2002) afirma ainda que para alguns, como Condorcet, a felicidade é inevitável, inerente à marcha humana em direção ao triunfo.

Surge aqui uma ideia que fará sentir suas maiores e mais radicais consequências séculos depois: “não se pode deixar de querer a própria felicidade: é uma lei natural da alma humana, idêntica às leis da matéria no mundo físico, é a réplica moral da gravidade universal” (Bruckner, 2002, p. 43). Exemplo desse fenômeno é o mote da Declaração de independência dos Estados Unidos, que assegura como direitos inalienáveis humanos a vida, a liberdade e a busca da felicidade.

Aqui há também uma grande virada em como o conceito de corporeidade é entendido. Aquilo que antes era visto um mero invólucro efêmero da alma, que enganava os sentidos e afastava os homens da salvação, que deveria ser renegado e controlado, de acordo com os preceitos católicos, passa a ser o maior bem dos seres humanos, algo a preservar e cuidar com a ajuda da higiene e medicina em ascensão (Bruckner, 2002).

À primeira vista, o distanciamento da “idade das trevas” poderia parecer brilhante, mas a realidade se apresentava de forma contraditória. O progresso como horizonte iluminista convocava “ao esforço, à coragem, esperança de vitória naquilo em que as gerações anteriores fracassaram, mas também defesa contra a infelicidade do presente em nome de uma idealização relacionada a paraísos remotos” (Bruckner, 2002, p. 43).

Novamente, não se trata de uma felicidade hoje, aqui e agora, mas algo a ser almejado e construído a partir de tal esforço, de tal progresso. Enquanto as religiões seculares nunca se propuseram a erradicar o sofrimento terreno, a era das luzes acreditou na melhoria da humanidade através dos esforços do saber, da indústria e da razão. Há que se fazer um sacrifício hoje para que se possa ser feliz amanhã. Essa felicidade prometida passa a parecer cada vez mais com a promessa de além do cristianismo e o agora se assemelha a um purgatório cuja duração é desconhecida.

Nessa passagem em que os objetivos do homem estão mais ligados ao bem-estar e menos ao dever, Bruckner (2002) afirma que “a menor contrariedade nos atinge como uma afronta” (p. 47). É possível enxergar aqui a semente de uma ideia que encontramos tão presente nos dias de hoje, o sofrimento entendido como um fracasso, uma obscenidade. O culpado torna-se o próprio ser humano, em seu aspecto mais individual, por sua própria infelicidade em meio ao século do progresso e da razão, na medida em que o sofrimento não é mais explicado através do pecado original, fato dado do qual é impossível fugir e em relação ao qual restaria apenas se resignar.

Ao mesmo tempo, há aqui uma diferença muito relevante em relação ao período feudal: ao mesmo tempo que se estabelece uma crescente ode à felicidade e ao progresso e uma recusa ao sofrimento, utilizar o divino como recurso e como consolo desse sofrimento que não cessa de se impor é cada vez menos presente. O mundo profano, como bem coloca Bruckner (2002), não tolera o indefinido e adiamentos, razão pela qual a sensação de purgatório de duração desconhecida se torna tão insuportável. Nas palavras do autor, “agora, privado de seus álibis religiosos, o sofrimento não significa mais nada” (Bruckner, 2002, p. 48).

Bruckner (2002) chama atenção, aqui, para como as grandes ideologias acabaram substituindo as crenças religiosas, dando um sentido à infelicidade. Dessa maneira, o marxismo, socialismo, liberalismo e fascismo ocuparam o hiato deixado pela Igreja, com suas promessas vãs de como a humanidade alcançaria a felicidade. O autor escancara que o mundo moderno, mesmo negando a religião, transborda de ideias cristãs enlouquecidas, e que a felicidade é uma dessas ideias.

Apesar de tudo, Bruckner (2002) afirma que, diferentemente da concepção de bem-estar arrogante que mais tarde apareceria no século XX, o século XVIII se caracterizava por uma felicidade frágil, que não encontrava na realidade equivalência em relação às expectativas.

O iluminismo marcou, dessa maneira, um momento de transição no tema da felicidade humana. O que era antes visto como uma interdição, uma emoção que só poderia ser verdadeiramente sentida junto a Deus, aos poucos vai se tornando um direito adquirido, algo que os homens podem almejar e alcançar ainda em terra pelo passo natural do progresso: "Uma quantia de felicidade é devida a cada criatura (...) Se me privarem de um mínimo que seja, vou me sentir roubado." (Bruckner, 2002, p. 55).

Esse direito, entretanto, transformou-se rapidamente em obrigação, imperativo, uma norma a ser seguida por todos. A concepção iluminista de que o próprio homem é dono de seu destino e, conseqüentemente, de sua felicidade, eleva esse estado ao patamar da técnica e da ciência (Bruckner, 2002). Ou seja, é algo passível de ser produzido, manufaturado a partir única e exclusivamente da vontade pessoal.

O século passado foi marcado por uma polarização no mundo, polarização essa acompanhada também pelo tema da felicidade ganhando suas próprias características a depender da localidade a que se refere. No mundo democrático o tema foi marcado pelo consumismo e pela busca de prazeres sem freios, enquanto nos países comunistas, caracterizou-se pelo "regime da bem-aventurança imposta para todos" (Bruckner, 2002, p. 53).

Chegando então ao século XX o autor chama atenção para o fato de que a felicidade cada vez mais anda de mãos dadas com as satisfações privadas, individuais. Além disso, outro fenômeno interessante começa a tomar lugar: esse sentimento que antes era consequência do progresso da humanidade e sucesso pessoal, passou a ser entendido como próprio requisito desse sucesso. Ou seja, também um indicativo de que você está no caminho correto.

Impossível, também, não relacionar os movimentos que ocorreram nas sociedades ocidentais nos anos 1960 com a felicidade. É verdade que os jovens, hippies e progressistas pregassem sobretudo uma crítica ao consumismo exacerbado e sugerissem uma sociedade mais plural, coletiva e focada no amor. Nesse momento, o self, ou o "eu" são reafirmados e o prazer é elevado a um dever moral como afirmação revolucionária (Silva Junior, 2023).

Ao mesmo tempo, o próprio discurso que esses movimentos tão fortemente tiveram êxito em pregar, foi subvertido pelo Capital para se voltar contra suas máximas. A subversão contra séculos de

opressão, o viver no aqui e agora e o aproveitar o presente sem entraves ou restrições, como sugeriam esses movimentos, foi sendo transformada pelo Capitalismo em algo acessível mediante o possuir – sejam coisas, experiências, pessoas.

Acreditava-se estar subvertendo a ordem estabelecida, mas favorecia-se com total boa fé a propagação do mercantilismo universal. É no plano da fome e da sede que todas as coisas podem se tornar imediatamente acessíveis, já que o espírito e o desejo têm seus ritmos próprios, suas intermitências. A intenção era libertária, o resultado foi publicitário: liberou-se menos a libido do que nosso apetite de compras sem limite, nossa capacidade de agarrar sem restrições todos os bens (Bruckner, 2002, p. 59).

A repressão dos movimentos dos anos 1960 fez com que a “semântica da revolução pela sensibilidade (...) [sofresse] uma guinada espacial que a dirige exclusivamente para a interioridade” (Silva Junior, 2023, p. 268). Nessa medida, a importância primeira passa a ser o aperfeiçoamento individual, e não mais uma revolução coletiva:

Uma onda de terapias de autoconhecimento se espalha pelo mundo, e junto delas a psicanálise. Na França, por exemplo, é nesse movimento de interiorização da revolução que muitos jovens decepcionados com o fracasso da revolução de Maio de 1968 abandonam o maoísmo e passam a frequentar os seminários de Jacques Lacan (Silva Junior, 2023, p. 268).

É possível enxergar como esse curso da história acaba por levar a um indivíduo cada vez mais individualista e associal, perfeito para os moldes do sistema neoliberal que começa a se impregnar nas sociedades ao redor do mundo, como será esmiuçado posteriormente no presente trabalho. Não se tolera mais a postergação ou o tédio e a resposta rápida para a necessidade de ser feliz agora é consumir. A verdade é que jamais faltará algo a almejar na vida, pois a publicidade cuida disso para nós, ao inventar novas coisas que prometem, hoje, a felicidade de amanhã, por apenas R\$99,90.

Todos esses fatores e esse caminhar da história, como veremos aprofundadamente ao longo deste trabalho, foram culminando em um cenário no qual o que antes era tido como um direito, aos poucos, vai pesando sobre o ser humano cada vez mais como um dever:

Esse direito, de que sou o principal fiador, me dá um crédito de poder sobre mim mesmo capaz de me exaltar, mas também de pesar como um fardo: se o encantamento depende unicamente da minha decisão, sou o único culpado por meus reveses. Bastar-me-ia, pois, para me sentir bem, querer, decretar ou programar meu bem-estar do jeito que quiser? (Bruckner, 2002, p. 59).

Não é mais uma entidade superior religiosa que condena os seres humanos por suas atitudes reprováveis, indicando a moral a ser seguida para garantir a salvação. O homem passa a se culpar por não usufruir de sua única chance de ser feliz: aqui, agora, em vida. Desamparado da promessa de

eternidade, nunca é o bastante, há sempre que se estar atento e esforçado para garantir que a vida será aproveitada e que se será feliz, completo.

O autor coloca que, a partir da segunda metade do século XX - e que se sustenta até os dias de hoje - se estabelece um dever de felicidade. É interessante ressaltar que Bruckner publicou “A euforia perpétua” no ano de 2002, pouco antes do surgimento das redes sociais (considerando o MySpace, criado em 2003 e o Orkut e Facebook, nascidos em 2004, como as primeiras redes sociais que servem de referência para o que se tem hoje nesse âmbito). Ainda que os apontamentos do autor sobre a contemporaneidade há mais de vinte anos sejam assustadoramente atuais, entende-se que a explosão e a consolidação cada vez maiores das redes sociais elevaram aquela realidade ao milésimo fator, principalmente a partir da pandemia de COVID-19, na qual o mundo inteiro se viu refém de viver de forma online.

4. FELICIDADE E PERFORMANCE NA PÓS-MODERNIDADE

4.1. A sociedade do espetáculo

Há quase 60 anos, Debord (1997) já postulava que a vida moderna, nas atuais condições de produção, se apresenta como uma acumulação de sucessivos espetáculos - aquilo que antes era diretamente vivido, se tornou uma representação. O autor explica que o espetáculo se refere à situação na qual a mercadoria ocupou totalmente a vida em sociedade. Por mercadoria entendemos que não se limita aos bens necessariamente materiais, a mercadoria “clássica”, mas hoje podemos transpor essa noção para experiências, estilos de vida da “moda”, enfim, maneiras de se estar e se portar no meio social.

Um primeiro ponto, aqui, é como a dominação da racionalidade econômica e empresarial sobre todos os outros aspectos da vida acarretou uma mudança fundamental do “ser” para o “ter”. O autor vai ainda mais longe ao dizer que a humanidade não se encontra mais nessa fase, mas já passou do “ter” para o “parecer”. Duas são as consequências extraídas dessa realidade: de todo o “ter” deve ser extraído um prestígio imediato e, ainda que vivamos em um mundo cada dia mais individualizado, toda a realidade se torna social, no sentido de ter que mostrar a um outro, provar a um outro.

Dessa maneira, a economia transforma o mundo em um mundo orientado apenas por sua racionalidade econômica. É um sistema que se funda no isolamento e retroalimenta esse isolamento. Os bens, características e experiências vendidos pela mídia como aquilo que resultará em felicidade, em “ser um ser humano melhor” reforçam esse isolamento, transformando os indivíduos em uma multidão de solitários, alienados, padronizados:

Quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele. É por isso que o espectador não se sente em casa em lugar algum, pois o espetáculo está em toda parte (Debord, 1997, p. 24).

Dessa forma, entende-se que os desejos, as subjetividades, as formas de se estar no mundo, vão sendo construídas e ditadas, como mercadorias a serem adquiridas e consumidas. O ser humano, hoje, está em conexão com o mundo na medida em que vive à altura dessa imagem que foi escolhida e construída por um outro, não por ele mesmo, que dará, também, a sustentação da vida. A noção de liberdade, dessa maneira, se revelaria como uma falsa liberdade.

Pelo contrário, verifica-se uma supressão da personalidade, um afastamento de experiências verdadeiramente autênticas e da descoberta de preferências individuais. “Essa existência postula uma

fidelidade sempre cambiante, uma série de adesões constantemente decepcionantes, a produtos ilusórios”, coloca Debord (1997, p. 191) - crendo na promessa de que se é livre para experimentar e que é sempre a próxima coisa sugerida pelo mercado ou pelas redes sociais que o fará enfim feliz, o ser humano retroalimenta esse sistema infindavelmente.

O espetáculo, que é o apagamento dos limites do eu [moi] e do mundo pelo esmagamento do eu [moi] que a presença-ausência do mundo assedia, é também a supressão dos limites do verdadeiro e do falso pelo recalçamento de toda verdade vivida, diante da presença real da falsidade garantida pela organização da aparência. Quem sofre de modo passivo seu destino cotidianamente estranho é levado a uma loucura que reage de modo ilusório a esse destino, pelo recurso a técnicas mágicas. O reconhecimento e o consumo das mercadorias estão no cerne dessa pseudoresposta a uma comunicação sem resposta. A necessidade de imitação que o consumidor sente é esse desejo infantil, condicionado por todos os aspectos de sua despossessão fundamental (Debord, 1997, p. 140).

4.2. Fabricando a felicidade

Ainda que a concepção de felicidade possa ser algo muito individual para cada um, as contribuições de Bruckner (2002) possuem a capacidade de revelar uma mudança de concepção sobre esse sentimento. O que já foi compreendido como inalcançável em terra, passou a ser entendido como um direito e, conforme nos aproximamos do momento atual, toma os contornos de uma imposição, de um fardo. Subvertendo o que antes era o direito de ser feliz, não há hoje o direito de não o ser.

Freire Filho (2010) coloca o “ser feliz” na atualidade como verdadeiro Capital psicológico, no qual é possível investir e acumular. O hiperconsumismo na era pós-moderna coloca a felicidade como um objeto de consumo, algo a ser buscado a todo custo.

O reinado crescente da individualidade na sociedade contemporânea sustenta que o homem é o único responsável pelo seu próprio sucesso ou fracasso, bem como por sua felicidade ou miséria. Além disso, na medida em que o mundo se torna cada vez mais polarizado, as vivências passam facilmente a ser categorizadas como prazerosas ou indesejáveis. O que escapa à plenitude, à satisfação, dessa forma, se enquadra como sofrimento - não se tolera mais se submeter a essa frustração.

Nesse sentido, Bruckner (2002) coloca como se sofre, também, por não querer sofrer. E na missão de se buscar a felicidade plena, tudo que entra no caminho e balança essa plenitude, por menor que seja, é automaticamente convertido em irritação e contrariedade. A felicidade plena prometida, ademais, não tolera aqui qualquer espera. Se não se é feliz agora, há algo claramente errado. Afinal, por que todos estariam felizes, “funcionando”, e eu não?

Ser infeliz não é mais entendido como apenas se sentir descontente, mas como se o empreendimento da felicidade tivesse fracassado. Em vez de usufruir das maiores possibilidades de vida e menor repressão social, “os homens transferiram a proibição para o interior da satisfação” (Bruckner, 2002, p. 60), tornando o próprio descontentamento, a infelicidade e o sofrimento, imorais, indesejáveis, sujos. Mais do que não poder ser, não se pode aparentar ser infeliz. Trata-se, sobretudo, de sustentar o espetáculo da alegria, plenitude e produção, custe o que custar. A obsessão com o evitar o sofrimento, ser feliz a qualquer custo aparecem, aqui, como um dos causadores do próprio sofrimento:

a sociedade da felicidade proclamada torna-se pouco a pouco uma sociedade obcecada pelo desgosto, perseguida pelo medo da morte, da doença, do envelhecimento. Sob uma máscara sorridente, fareja, em toda parte, o odor irrespirável do desastre (Bruckner, 2002, p. 49).

A discussão proposta por Byung-Chul Han no livro “Sociedade Paliativa – A dor hoje” (2021), dessa maneira, se mostra pertinente aqui. O autor apresenta a ideia de que a felicidade foi transformada pelas sociedades pós-modernas em um produto – produto este a ser consumido de forma rápida e contínua (Han, 2021). A ideia de felicidade está presente nos mais variados campos de nosso dia a dia – a encontramos como promessa, produto, estilo de vida:

Propagandas como a da Coca-Cola que incentivam a felicidade, políticos que lançam instrumentos como a Felicidade Interna Bruta (FIB) no Butão [...] e profissionais voltados ao segmento estético e de saúde que figuram na televisão, mostrando como comer melhor, fazer exercícios melhor e, enfim, ser uma pessoa melhor, recheiam a vida de narrativas estéticas, como se nos dissessem “seja você mesmo, mas desse e daquele jeito”. No universo do trabalho essa lógica não é diferente e ganha a roupagem do sucesso. Seja galgar cargos rapidamente e ter uma carreira astronômica, seja ser diretor de uma das empresas mais desejadas ou melhores para se trabalhar, seja criar seu próprio negócio e ser reconhecido por ele, o sucesso nos impele a continuar em movimento e, acima de tudo, a trabalhar pela performance da felicidade, em que fingir ser feliz pode realmente torná-lo assim (Lopes, 2016, p. 2).

Essa necessidade de sustentar o mito da felicidade, a performatividade de sermos sempre nossas melhores versões, é o que sustenta o Capitalismo voraz em que transbordam os infindáveis produtos que escondem a chave para o sucesso e a plenitude - sejam esses mercadorias físicas ou produtos travestidos de experiências ou estilos de vida.

A mídia, o mercado e as redes sociais, dessa forma, sustentam que o sucesso e a felicidade estão ao alcance de todos, basta que se esforce para alcançá-los. Eles oferecem a receita que deve ser seguida para ser um ser humano sublime, para se destacar. Assim, aqueles que não os alcançam, não os alcançam não por destino divino, mas por irresponsabilidade própria. Mesmo quando se acredita seguir uma receita à risca, cai-se no perigo (quase inevitável) de não se contentar com o resultado, o

que leva à frustração. Pensa-se, “o que então eu fiz de errado?”. A verdade é que existem tantas receitas quanto pessoas dispostas a segui-las, intermináveis fórmulas mirabolantes que prometem a felicidade. Como saber qual se encaixa para cada um? Como garantir que alguma irá algum dia se encaixar?

O próprio criador da psicanálise já pincelou o assunto da felicidade algumas vezes ao longo de sua obra. Freud, em “O mal-estar na civilização” (2011), afirma que o propósito da vida dos seres humanos é alcançar a felicidade. Ele postula, entretanto, que a “felicidade” se refere, na verdade, ao respeito à satisfação de necessidades represadas em alto grau e, justamente por esse motivo, é apenas possível como manifestação episódica, não como um estado prolongado de espírito (Freud, 2011). Tal ideia se mostra oposta ao que é vendido e incitado pela mídia, como verificado na citação acima.

Assim, verifica-se que, para Freud, um estado durável e prolongado nunca poderia ser entendido como felicidade, mas unicamente como contentamento. Não é, entretanto, a forma como Santos (2016) entende que a felicidade é compreendida e “vendida” na pós-modernidade. Postula o autor que:

Neste contexto sócio-histórico, situam-se manifestações subjetivas, marcadas pelos avanços científicos que oferecem em anúncios a promessa de felicidade. Nesse momento, a felicidade, tal qual prometida ao sujeito, não perpassa por trocas simbólicas, mas encontra-se materializada na obtenção de objetos, na juventude eterna e na ausência de sofrimento (Santos, 2016, p. 4).

O autor Charles Taylor (2011) denomina a ideia de que devemos nos realizar segundo nossas próprias concepções do que é uma vida boa de “cultura da autenticidade”. Mas afinal, qual seria o grande problema disso? Não é justamente o que teria almejado a sociedade por séculos, a tão sonhada liberdade e os meios para atingir a felicidade do modo que bem desejar? Liberdade e meios, estes, que não existiam no Capitalismo industrial e na “sociedade disciplinar” do século XX, tão bem apresentada por Foucault (1977), na qual os corpos eram marcados pela vigilância e as normas sociais reinavam.

Queiroz (2023) sustenta que não vivemos mais tanto em um momento histórico marcado pelas interdições da Lei, mas por um culto da performance e pela impotência diante das exigências de realização de ideais narcísicos pré-fixados socialmente.

Para que examinemos tal paradoxo, é necessário percorrer as transformações da sociedade e do próprio Capitalismo no último século. No livro “Modernidade Líquida” (2001), Zygmunt Bauman defende que a sociedade migrou da solidez presente no “capitalismo pesado” para a fluidez do “capitalismo leve”. Enquanto na primeira era do Capitalismo, caracterizada pelo modelo fordista de

produção, reinava a hierarquia, no Capitalismo neoliberal reina a flexibilização e fluidez do trabalho (Bauman, 2001).

No livro “Sociedade do Cansaço”, Byung-Chul Han (2017) contrapõe à sociedade do século XX, denominada por Foucault como disciplinar, a sociedade atual como uma “sociedade do desempenho”. Na primeira, reinavam a negatividade das proibições, enquanto na segunda, reina a positividade, traduzida por motivação ou iniciativa. Melhor explicando, Foucault (2014) caracteriza a sociedade disciplinar pela distinção clara entre o proibido e o permitido, além da sempre presente possibilidade de punição em caso da transgressão de regras – controle, vigilância e repressão definiam esta sociedade. Han (2017), por sua vez, sugere que, com a ascensão neoliberal a partir da década de 1970, o controle disciplinar foi substituído pela ideia de que tudo pode o indivíduo, desde que se esforce para tanto, reforçando concepções individualistas e que pouco levam em conta aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos. O autor ainda afirma que se trata de uma forma mais sofisticada de exploração, uma vez que a autovigilância e a auto exploração representam a autoridade disciplinar internalizada pelo indivíduo:

Assim, o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho. O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. (Han, 2017, p. 29-30).

Esse sujeito, o mesmo que Ehrenberg (2009) denomina como “pós-neurótico”, em comparação aos sujeitos reprimidos da sociedade ocidental dos primórdios da psicanálise, não seria então corroído pela culpa diante de seus desejos, mas convidado e incentivado justamente a não só realizá-los, mas estar sempre em busca de novos.

Para que seja possível compreender quem é esse novo sujeito ao qual nos referimos e sua específica forma de sofrer, é necessário se esmiuçar o neoliberalismo e o que significa o sofrimento psíquico nesse momento particular da história.

5. NEOLIBERALISMO, PSICANÁLISE E PSICOPATOLOGIA

5.1. Neoliberalismo e sofrimento psíquico

Na produção da presente pesquisa, entendeu-se como necessário fazer um percurso pela história da noção de felicidade e de sofrimento para chegar em como se experienciam esses conceitos atualmente. Isso pela razão de que cada época produz uma materialidade que, por sua vez, produz diferentes psiquismos e diferentes maneiras de sofrer, ou ainda, de narrar o sofrimento. Assim, entende-se que hoje, assim como ontem e assim como amanhã, se sofre de maneira distinta.

Os modelos de aparelho psíquico e as subjetividades humanas estão intrinsecamente ligadas aos fenômenos sociais e aos modos de produção, bem como àquilo que, a cada época, é considerado normal e patológico. Desde o início da obra freudiana é possível notar que os sofrimentos que deram origem à criação da psicanálise estavam conectados a um específico contexto social e época da história. Por definição, não é possível pensar uma psicanálise descolada dos fenômenos sociais:

Podemos afirmar que não há patologia descrita por Freud que não pressuponha a ideia de uma organização social e política que a produza. Em outras palavras, a psicopatologia psicanalítica é simultaneamente uma descrição de sofrimentos subjetivos e uma análise crítica das patologias do social. (Silva Junior, 2023, p. 259).

O neoliberalismo corresponde à doutrina econômica e política que se desenvolveu ao longo da segunda metade do século XX e propunha uma nova leitura do liberalismo clássico. Neste, o princípio básico era a limitação da atuação do Estado para que reentrassem as liberdades individuais e o livre comércio (Pena, 2022). De acordo com Affonso (2022, p. 17) “a meritocracia e a valorização do esforço individual também se consolidaram como pontos importantes no pensamento liberal e colocam o indivíduo como único responsável pela riqueza e pelo sucesso (e pelo fracasso)”. Ainda de acordo com a autora, o modelo liberal, ao ser resgatado na década de 1970 e adaptado ao Capitalismo globalizado, é o que hoje conhecemos como neoliberalismo.

Para compreender como o neoliberalismo define a forma como sofremos na atualidade, será utilizada como base principal a obra “Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico” (Safatle, Da Silva Junior e Dunker, 2021), uma vez que situa a subjetividade típica do neoliberalismo e trata do sofrimento psíquico correspondente a essa forma de organização econômica. Para os autores, a teoria neoliberal, desenvolvida entre 1930 e 1970 para dar conta do funcionamento econômico, não diz respeito somente a ele. Trata-se também de

Uma forma de vida definida por uma política para a nomeação do mal-estar e por uma estratégia específica de intervenção com relação ao estatuto social do sofrimento. Essa forma de vida articula moral e psicologia, economia e direito,

política e educação, religião e teologia política, propondo um tipo de individualização baseado no modelo da empresa. (Safatle, Da Silva Junior e Dunker, 2021, p. 11).

Trata-se, portanto, não só de uma política econômica, mas de uma racionalidade que imprime em todos os âmbitos da vida social e privada a lógica do Capital, de forma que as subjetividades e as próprias normas da existência passam a funcionar de acordo com essa lógica (Dardot e Laval, 2019). Produz-se, assim, um sujeito distinto, específico, um sujeito neoliberal.

No próprio título da obra “Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico” (Safatle, Da Silva Junior e Dunker, 2021) há também uma colocação interessante (e também implícita) dos autores: na ideia de neoliberalismo como aquele que faz a gestão do sofrimento psíquico, gestão diz respeito tanto a gerar, quanto a gerenciar. O que eles procuram sustentar com isso é que o neoliberalismo não somente produz o sofrimento psíquico na atualidade, mas também o gere.

Um aparato conceitual, de acordo com Harvey (2013) só se torna dominante se for capaz de se incorporar nos valores, desejos e instintos de cada um dos indivíduos da sociedade. É dessa forma que o neoliberalismo deixa de ser um mero conceito econômico e passa a determinar e gerir a vida das pessoas, se incorpora ao senso comum a ponto de ser algo dado, inquestionável. Isso significa que o neoliberalismo dita não só a maneira como os indivíduos pensam ou desejam, - por um viés da publicidade - mas também a forma como sentem e sofrem.

No caso brasileiro, o neoliberalismo começa a se instalar definitivamente no país na década de 1980, de forma a substituir o nacional-desenvolvimentismo. Nessa lógica, o Estado, que com o neoliberalismo é concebido como um regulador mínimo do mercado, deve se preocupar com a finalidade de proteger esse mercado, inclusive contra as ameaças das próprias decisões ruins da população, ou seja, de sua própria “liberdade”. Liberdade, esta, que pode ser entendida de forma bastante questionável no contexto neoliberal (Silva Junior, 2023).

Nessa forma de organização econômica, em contraposição ao nacional-desenvolvimentismo, o que era considerado como uma quebra do pacto social, como o desemprego e a precarização do trabalho, passa a ser uma “regra do jogo” (Silva Junior, 2023). A lógica que se observava antes da década de 1980 em que desenvolver o país era sinônimo de desenvolver também o bem-estar da população e o Estado deveria minimizar a injustiça social, não se aplica, uma vez que o neoliberalismo necessita de sujeitos com uma outra forma de subjetividade e de prontidão:

Por exemplo, o estado de desemprego passa a ser renomeado como um convite à iniciativa e ao empreendedorismo de cada um. Se ele é uma possibilidade do jogo desde o início, quando ele ocorre, sua causa só pode ser a incompetência do jogador.

Em outras palavras, o responsável pelo desemprego é o próprio desempregado. Coerentemente, toda proteção ao trabalho deve ser ressignificada como proteção à preguiça, à falta de iniciativa, ou como infantilização do cidadão pelo Estado. (Silva Junior, 2023, p. 266)

É possível, facilmente, transpor essa lógica para o tema da felicidade - se ela é uma possibilidade, se está dada nas diversas formas de se viver no Capitalismo, a falta dela só tem um culpado: aquele que está triste. E o responsável por resolver essa questão, por conseguinte, é aquele que sofre. Os caminhos? O próprio sistema neoliberal oferece diversos, pelos mais variados preços.

Dessa forma, de acordo com Safatle (2022) o neoliberalismo não corresponde apenas a um modelo econômico, mas também a uma engenharia social. O empreendedorismo e a livre-iniciativa, para fincar suas raízes na economia, deveriam também ser internalizadas como dados psicológicos. Ou seja, máximas empresariais, como os conceitos de performance, investimento e rentabilidade, são transpostas para áreas da vida estranhas à empresa.

É possível enxergar isso claramente no imaginário social atual, escancarado na mídia e nas redes sociais quando se é bombardeado por ditos como “seja um empreendedor de si”. Vale ressaltar que os princípios empresariais se estabeleceram na forma de pensar dos sujeitos neoliberais não apenas no mundo laboral - que é, por si só, representa um aspecto que gera sua dose de sofrimento na atualidade - mas também para dar conta dos hobbies e momentos de lazer, que, na prescrição neoliberal, devem ser encarados com seriedade, assertividade, dando sempre o melhor de si e se esforçando para que aquilo renda o máximo:

Quando o indivíduo é colocado como centro da dinâmica, na verdade pesa sobre ele com máximo vigor uma lei externa, a lei da valorização do Capital. Ao internalizá-la, é o próprio indivíduo que passa a exigir de si mesmo ser um empreendedor bem-sucedido, buscando “otimizar” o potencial de todos os seus atributos capazes de ser “valorizados”, tais como imaginação, motivação, autonomia, responsabilidade. Essa subjetividade ilusoriamente inflada provoca inevitavelmente, no momento de seu absoluto esvaziamento, frustração, angústia associada ao fracasso e autoculpabilização; a patologia típica nesse contexto é a depressão. (Franco et al., 2020, p. 48).

O ser humano, dessa maneira, pode ser entendido como “capital”, passível de investimento. É necessário lembrar, entretanto, que a segurança do Capital nunca está exatamente dada, trata-se da própria racionalidade empresarial - sempre dinâmica, sempre variável. Ao se inserir nessa dinâmica e, na verdade, ao importar essa dinâmica para todos os âmbitos da vida, cada um pode (e provavelmente vai) ficar para trás a qualquer momento. Sempre é necessário superar, não só a si, mas a todos os outros. Sendo transformado em capital passível de investimento, o homem se insere em

uma interminável espiral de competição, comparação e produção. E para estar à altura é necessário disciplina e produtividade.

Safatle (2022) define como a racionalização empresarial do desejo o “fundamento normativo para a internalização de um trabalho de vigilância e controle baseado na autoavaliação constante de si a partir de critérios derivados do mundo da administração de empresas” (Safatle, 2022, p. 31).

Ao mesmo tempo, a liberdade de poder “ir atrás dos seus sonhos”, mudar de vida ou alcançar objetos e posições por meio do esforço pessoal se revela apenas como uma meia liberdade. Erra quem acredita que desapareceram o controle, a coerção e os ditos de como se deve ou não se deve viver. Eles apenas mudaram de forma. O que antes vinha do exterior como mandamento foi internalizado por cada um dos indivíduos no sistema neoliberal. De acordo com Ehrenberg (2010), trata-se de uma gestão pós-disciplinar na qual a vigilância é internalizada, que resulta em uma mentalidade de massa que dispensa as técnicas de controle tradicionais.

Franco et al. (2020) afirmam que só há harmonia entre indivíduo e sociedade, agente e mercado, como é tomada pelos indivíduos, quando a tão sonhada liberdade individual calha de ser condizente com os princípios de valorização do Capital.

Nesse ponto, é interessante refletir como tal liberdade e a expectativa social de que se usufrua dessa liberdade para ser um indivíduo contente, completo, melhor, sempre estão intimamente ligadas com valores capitalistas. A expectativa é de que se use essa liberdade para buscar um emprego melhor, se esforçar para se destacar em sua profissão. Ou ainda, que para se dedicar a se tornar uma pessoa mais completa, que fala mais línguas, tem o corpo cada vez mais saudável ou mergulha cada vez mais em seus hobbies - hobbies estes que, diga-se de passagem, normalmente estão atrelados a alguma forma de consumo, assim como a busca por saúde ou por uma vida mais erudita.

Perde-se, dessa forma, a liberdade de fazer algo simplesmente por fazer, a permissão para o inútil. Quando tudo na vida deve ser milimetricamente calculado para que se tire o maior proveito daquilo, ignora-se o inútil essencial da beleza, do descanso e do banal.

5.2. Sujeito da repressão vs. sujeito do desempenho

Neves (2023) coloca que é muito diferente entender o sofrimento e o conflito no Capitalismo industrial e no neoliberalismo. No primeiro, numa clara matriz libidinal freudiana, o sofrimento e o conflito se davam no âmbito da privação, ou seja, no embate entre normas vigentes e desejos barrados. No neoliberalismo é necessário enxergar a questão através do prisma do gozo: não se trata mais de

uma privação, mas de uma superação constante dos próprios limites. Com essa virada de chave, há “um alinhamento total entre desejos individuais e a produção de uma ordem social específica e de caráter duvidoso, em uma dinâmica na qual a autorrealização dos sujeitos faz coro aos imperativos sistêmicos do neoliberalismo.” (Neves, 2023, p. 163).

É possível visualizar que trata-se, hoje, de um sujeito diferente daqueles de Freud, com um superego com suas próprias e particulares características, não mais orientado pela interdição da satisfação, mas para o consumo e a prescrição de gozo (Dunker et al., 2023).

De acordo com Ehrenberg (2010), haveria um aumento da depressão quando tais proibições da sociedade disciplinar são substituídas pela responsabilidade de auto desempenhar. O autor afirma que “o florescimento pessoal e a singularização de cada um em uma sociedade em que a concorrência não tem um lado de fora se pagam com a depressão nervosa generalizada” (Ehrenberg, 2010, p. 132).

Na sociedade do desempenho, também denominada por Han (2017) ao longo de sua obra como sociedade do cansaço ou sociedade do esgotamento, a exploração se fundamenta, assim, em um excesso de positividade. De acordo com Franco et al. (2020, p. 48):

É o próprio indivíduo que passa a exigir de si mesmo ser um empreendedor bem-sucedido, buscando “otimizar” o potencial de todos os seus atributos capazes de ser “valorizados”, tais como imaginação, motivação, autonomia, responsabilidade. Essa subjetividade ilusoriamente inflada provoca inevitavelmente, no momento de seu absoluto esvaziamento, frustração, angústia associada ao fracasso e autoculpabilização; a patologia típica nesse contexto é a depressão.

Importantes para tal discussão são os conceitos psicanalíticos de superego e ideal do Eu. Han (2017) coloca que enquanto na sociedade disciplinar verificamos um superego que impera sobre o eu e o submete de forma repressiva, na sociedade do desempenho, o superego acaba se positivando no eu-ideal, instância sedutora, na qual o sujeito projeta a si mesmo.

Do superego provém uma coação negativa. Ao contrário, o eu-ideal exerce uma pressão positiva no eu. A negatividade do superego restringe a liberdade do eu. O projetar-se do eu ideal, ao contrário, é explicado como um ato de liberdade. Se o eu se enreda num eu-ideal inalcançável, vê-se literalmente fatigado ao extremo por ele. Do fosso que se abre então entre o eu real e o eu-ideal, acaba surgindo uma autoagressividade (Han, 2017, p. 100).

Freud (2011), ainda que não tenha chegado a diferenciar com clareza no texto “O Eu e o Id” o superego e o ideal do Eu, coloca a noção do ideal de Eu como algo que vem a substituir o narcisismo e onipotência infantil e atuar como um instrumento utilizado pelo Eu para se observar. “A tensão entre as expectativas da consciência e as realizações do Eu é percebida como sentimento de culpa. Os

sentimentos sociais repousam em identificações com outras pessoas, com base no mesmo Ideal do Eu”. (Freud, 2011, p. 46).

Atualmente, poder-se-ia dizer que há um declínio do supereu diante de uma liberdade irrestrita de satisfação. Há, entretanto, um paradoxo: como bem postula Zizek (1999), o afrouxamento da autoridade paterna, em vez de gerar liberdade, gera novas ansiedades e culpas. O autor faz uma ressalva de que, no entanto, esse paradoxo corresponde justamente àquilo com o que a psicanálise lida - não com o “pai autoritário que proíbe o gozo, mas com o pai obscuro que o impõe como obrigação e, com isso, torna você frígido ou impotente” (Zizek, 1999, p. 5). Não se trata tanto do fato de existir um supereu cruel e autoritário, mas do fato de que esse supereu de certa forma demanda que o sujeito goze fazendo aquilo que lhe é demandado:

Para a psicanálise, a perversão da economia da libido humana é decorrência da proibição de alguma atividade prazerosa: não uma vida vivida em rígida obediência à lei e privada de todo prazer, mas uma vida na qual o próprio exercício da lei gera um prazer, na qual a realização de um ritual que visa a afastar as tentações ilícitas torna-se fonte de satisfação da libido. (Zizek, 1999, p.5).

O que é possível inferir daquilo que postula Zizek é que não é permitido não gozar. Não se trata mais de corpos reprimidos, mas de um imperativo do gozo que institui um eu ideal irrealizável, afinal, talvez muito mais difícil que se privar de fazer algo seja ter que acompanhar tudo aquilo que é necessário fazer para estar sempre em estado de graça.

Almeida (2022), referindo-se a esse ideal de Eu ou superego tirânico que assombra o sujeito neoliberal, afirma que “introjetamos uma espécie de ordem que não cessa de mandar; quanto mais fazemos, mais é necessário fazer para alcançar o topo” (Almeida, 2022, p. 111). Santos (2016), na mesma linha, afirma que é a busca incessante pelo ideal do Eu que marca a sintomatologia do sofrimento deste momento da história. Essa sintomatologia, composta pelo sofrimento, desamparo, lo autor

Essa “ordem que não cessa de mandar” (Almeida, 2022, p. 111), como bem colocado pelo autor, indica, assim, a felicidade como imperativo na atualidade. De modo oposto ao que ocorria na sociedade disciplinar, na qual o sofrimento era instrumento central nos sistemas de controle dos indivíduos, na “sociedade do desempenho” do século XXI, este se tornou uma imoralidade (Han, 2021). Como muito bem coloca Silva (2021, p. 10), “A felicidade deixou de ser uma possibilidade e ganhou o status de sentimento obrigatório e ininterrupto junto com uma falsa ideia de liberdade autoproclamada, na qual o sucesso do indivíduo depende apenas dele mesmo”

Freitas (2021) postula que atualmente não se tem apenas o direito de ser feliz, mas o dever, dever este que deve ser materializado a partir do próprio empenho pessoal para alcançar esse dever.

Neste sentido, cada pessoa deve, com os mecanismos que dispuser, lutar pela sua felicidade; a ideia de que ser feliz é uma conquista a partir da realização individual indica que se deve buscar continuamente por um modo de operacionalizar a felicidade (Freitas, 2021, p.16).

É dessa forma que o Capitalismo tardio, de acordo com Peters (2021), governa os indivíduos, “não pela supressão de sua liberdade, mas pela canalização e orientação de suas livres aspirações subjetivas” (Peters, 2021, p. 4). Ou seja, são os próprios indivíduos os instrumentos – não mais meramente “mecânicos”, como era observado na era industrial, mas um instrumento verdadeiramente atuante no sistema, a partir da moldagem de seus desejos.

É de bastante valia, aqui, o conceito de “capital humano”, criado por Becker (1993). O autor propõe que o conceito de custo-benefício poderia ser aplicado como categoria fundamental em qualquer âmbito da vida humana - racionalmente, se faria uma escolha de lazer, educação ou saúde equalizando as perdas e ganhos subsequentes. Silva Junior (2023) discorre sobre a faceta performativa desse modo de subjetivação, na medida em que “ao investir financeiramente na própria formação, o sujeito se concebe necessariamente como uma empresa que deve prospectar novos mercados e optar pelas possibilidades mais lucrativas e seguras” (Silva Junior, 2023, p. 269).

Almeida (2022) discorre sobre como o sujeito neoliberal, dominado por uma lógica de produção e concorrência, se ilude com uma falsa impressão de liberdade e onipotência, por acreditar que lhe são asseguradas infinitas possibilidades de ser e estar no mundo. O autor postula que tal realidade é causadora de adoecimentos psíquicos uma vez que

na tentativa de dominar as próprias referências de produtividade, reconhecimento e prestígio, ativamos, sem intenção e sem consciência, um superego cruel que acaba nos consumindo de dentro para fora, gerando uma angústia inominável e nos colocando numa posição paralisante, uma vez que o sujeito deixa-se explorar voluntariamente, acreditando que esteja se realizando profissional e pessoalmente (Almeida, 2022, p. 108).

Dardot e Laval (2016) postulam que esse sujeito se organiza como uma empresa de si mesmo, ou seja, enxerga todas as esferas de sua vida à luz da racionalidade neoliberal. No mesmo sentido, o sujeito moderno é descrito por Affonso (2022) como

um verdadeiro produto de si mesmo que concorre o tempo todo com outros indivíduos e, portanto, precisa ter sempre o melhor desempenho e ser a melhor versão de si mesmo para vencer o concorrente. Seus comportamentos e julgamentos são pautados pelo valor empresarial da eficiência, pelo cálculo da relação de custo-

benefício, sempre em função de seu interesse pessoal, e não do interesse da comunidade em que vive. (Affonso, 2022, p. 22).

Vemos que a autora postula que o sujeito, na sociedade do cansaço, é empreendedor de si mesmo, o que o torna mais produtivo que o sujeito da sociedade disciplinar. Entretanto, adverte que “embora o imperativo da ‘motivação intrínseca’ se imponha na busca da ‘melhor versão de si mesmo’, o sujeito de desempenho encontra-se em guerra consigo mesmo: é algoz e vítima ao mesmo tempo em que liberdade e coação coincidem.” (Affonso, 2022, p. 8). Nesse sentido:

O ideal de plenitude sucede o da coação para se tornar por sua vez coação de plenitude. Cada um de nós, responsável por seu próprio dinamismo, por seu bom humor, não tem mais que renunciar, tem, sim, que se adaptar aos caminhos que levam a um aperfeiçoamento, o que exclui por completo a inércia. A ordem cessou de nos condenar ou de nos privar, ela agora nos indica os caminhos da realização com uma solicitude toda maternal. (Bruckner, 2002, p. 61).

Essa ditadura da felicidade e do ser humano como empresa de si mesmo, que coloca o bem-estar pleno como um horizonte alcançável mediante alguns passos, cria um mal-estar que retroalimenta esse sistema na medida em que possibilita que a nova fórmula de alegria e performance seja vendida. O homem segue os ditos dessa sociedade do desempenho, acreditando piamente que realmente se trata da fórmula mágica para o sucesso, e se frustra ao perceber que não, que na verdade continua infeliz, incompleto, faltoso. Essa falta, entretanto, é rapidamente preenchida por outros ideais, produtos e mandamentos do tipo “seja mais, melhor”.

5.3. Transtornos psiquiátricos de nosso tempo

Uma das perguntas motivadoras da pesquisa é se o ser humano sofre mais, ou de maneira diferente, do que se sofria no passado. Assim como a noção de felicidade, a noção de sofrimento - que com aquela está diretamente relacionada - é bastante ampla e subjetiva. Obviamente não é possível reduzir o sofrimento humano a uma categoria regular e clara, se fosse o caso nosso trabalho como psicólogos seria provavelmente obsoleto. São diversas as formas de sofrer, mas é sim possível discutir o assunto e encontrar fenômenos comuns norteadores.

Muito usadas para discutir e catalogar o sofrimento humano são as categorias clínicas, que procuram fazer alguma diferenciação possível entre o que seria o “normal” e o “patológico”. Safatle (2022) chama atenção para o fato de que essas categorias clínicas não se referem a tipos naturais, a estruturas descritivas, mas sim a “tecnologias de intervenção na estrutura psíquica a partir de valores” (Safatle, 2022, p. 35), a processos performativos.

A própria psiquiatria, conforme exposto por Foucault (2014) em “A história da loucura”, é criada como um dispositivo que pudesse dar conta do que resiste à ordem capitalista de produção e trabalho. “Dar conta”, aqui, deve ser lido como adaptar, suprimir, tudo do psíquico e emocional humano que vai na contramão da lógica do Capital.

A psiquiatria, claramente, não está descolada da cultura, assim como todas as áreas de conhecimento. Da mesma forma, os transtornos psiquiátricos são profundamente definidos e determinados pela vida social.

A própria forma de se descrever o sofrimento tem uma transformação com a ascensão e o estabelecimento do neoliberalismo como organizador das sociedades ocidentais. Trata-se da publicação da terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III), publicado pela American Psychiatric Association (APA) em 1980 - manual este que, apesar de norte-americano, foi amplamente aceito e importado pela psiquiatria brasileira para dar conta do sofrimento psíquico em solo nacional. A partir desta publicação, postula Pereira (2000), os diagnósticos serão tomados como instrumentos convencionais, sem qualquer referência ontológica.

Safatle (2022) chama atenção, no que diz respeito ao DSM-III, para o que ele denomina “hegemonia das depressões”. A partir da publicação da terceira edição do manual, os transtornos depressivos, caracterizados, de forma geral, pela presença de “sentimentos de tristeza, esvaziamento, irritação (...) que afetam de forma significativa a capacidade individual para funcionar [*to function* - um termo sintomático por denunciar demanda por desempenho].” (APA, 2013, p. 155), apresentam acentuado crescimento.

O que antes correspondia a um mero polo da patologia maníaco-depressiva ou nos quadros neuróticos, passa a ganhar autonomia e múltiplas formas de apresentação. Não se trata de mera causalidade histórica - tal hegemonia das depressões cai como uma luva na tarefa de enquadrar indivíduos e comportamentos como patológicos na era da produtividade e auto-gestão:

Pois contrariamente ao modelo freudiano das neuroses, em que o sofrimento psíquico gira em torno das consequências de internalização de uma lei que socializa o desejo, organizando a conduta a partir da polaridade conflitual permitido/proibido, na depressão tal socialização organizaria a conduta a partir de uma polaridade muito mais complexa e flexível, a saber, a polaridade possível/impossível. [...] ações não mais sob o crivo da permissão social, mas sob o crivo individual do desempenho, da performance, da força relativa à capacidade de sustentar demandas de satisfação irrestrita. Assim, o indivíduo é confrontado a uma patologia da insuficiência e da disfuncionalidade da ação, em vez de uma doença da proibição e da lei (Safatle, 2022, p. 42)

Tal discussão é de nosso interesse na medida em que situa a psicanálise freudiana clássica no modo de sofrer atual. Poderia se pensar que talvez o correto fosse dizer “na medida em que não situa”, dada a discrepância entre o proibir e o incitar. Entretanto, o que nos parece é que apesar da diferença conceitual, tais mandos teriam consequências muito parecidas no psiquismo humano. É como se os opostos, no final, se encontrassem em seus polos, ainda que tais opostos tenham o condão de forjar diferentes subjetividades e formas de sofrer particulares, É como se os opostos, no final, se encontrassem em seus polos.

Com o estabelecimento do neoliberalismo e a lógica do máximo lucro e máximo potencial presente não só na economia, mas na subjetividade humana, a questão parece ficar ainda mais delicada. Nesse cenário nos deparamos com uma nova faceta da psiquiatria, aquela que oferece, mais que uma função de tratamento, uma função de aprimoramento (Neves, 2023).

Safatle (2022) expõe que, no neoliberalismo, a distinção entre normalidade e patologia é definida pela unidade. O autor explica que trata-se de um contexto no qual todos os setores da vida são modulados a partir da noção de unidade, coerência e síntese. Nessa toada, o sofrimento estaria diretamente ligado à impossibilidade de organização das diferentes dimensões da vida com base nessas noções:

As formas de sofrer aparecem como impossibilidades de operar uma reconversão geral da vida a partir da abstração geral da unidade e da síntese, abstração essa que será agora vista como “liberdade”. Dessa forma, o neoliberalismo nos levou a sofrer de outra forma, procurando retirar de nosso sofrimento psíquico a consciência potencial da violência social (Safatle, 2022, p. 44).

É interessante citar aqui um relatório de 2001 da Organização Mundial de Saúde (OMS): Saúde mental: nova concepção, nova esperança (WHO, 2002), na qual a organização apresenta preocupações acerca do crescimento no número de diagnósticos de transtornos psiquiátricos e sustenta a necessidade de se investir em saúde mental. A forma escolhida para sustentar esse argumento, entretanto, é no mínimo sintomática: A OMS apresenta como um dos “fardos” (*burden*, no original) da saúde mental, que justificaria a intervenção nesse campo, dados quantitativos sobre o que os indivíduos acometidos desses “transtornos” deixaram de produzir.

A relação entre o sistema neoliberal e a psiquiatria atual vai para além da lógica da não tolerância ao sofrimento e do aumento de performance a qualquer custo. É possível demarcar, de acordo com Neves (2023), a própria cultura neoliberal enquanto patológica. O autor aponta que fenômenos tais como a solidão, a ausência de limites entre vida laboral e doméstica e a lógica de competição e de produtividade, se desenvolvem de forma conjunta ao neoliberalismo e seriam

justamente os responsáveis pelas formas de sofrimento atual e necessidade das intervenções psiquiátricas.

Seria, ainda, de uma grande inocência ignorar como a psiquiatria se insere nessa lógica e dinâmica capitalista neoliberal de forma tão intrínseca a ponto de produzir patologias que sirvam à criação, consumo e disseminação desenfreada de remédios psiquiátricos. Dessa maneira, traduzir qualquer tipo de sofrimento em depressão ou outras patologias, de forma a medicalizar a vida, configurou-se como um dos negócios mais lucrativos da história da indústria farmacêutica (Silva Junior, 2023). No neoliberalismo, não só surgem transtornos mentais, como também a própria noção de transtorno mental passa por uma mudança que contribui para sua difusão:

(...) identificamos diversas estratégias que marcam o traço reformatório neoliberal frente à noção de transtorno mental, tais como a amenização eufemista dos transtornos mentais para que os sujeitos possam se vincular a eles sem estigma, o aumento exponencial de categorias diagnósticas de maneira a patologizar diversas esferas da vida psíquica que antes não mereciam diagnóstico e, mais recentemente, a possibilidade de se pensar intervenções psiquiátricas mesmo sem a referência a noção de transtorno, inaugurando na psiquiatria o campo de práticas médicas de *enhancement*. (Neves, 2023, p. 131).

O que se observa de forma muito clara é uma banalização dos transtornos psiquiátricos e seu enraizamento cada vez maior na cultura de massa. Basta observar as diversas “trends” que surgem em redes sociais, como o Tiktok e o Instagram, nas quais jovens fazem “chás revelação” de transtornos mentais ou os relacionam, por exemplo, com os signos do zodíaco, sugerindo que de acordo com seu signo, este ou aquele seria seu transtorno psiquiátrico possível - como se estes dependessem de uma série de características comuns e generalizáveis.

Nessa altura, sequer é necessário um psiquiatra ou até um psicólogo para que se apresente um diagnóstico. O que é observável agora é uma autonomia individual para identificar as patologias que dão nome aos sofrimentos que se vive e buscar as tecnologias que garantem uma versão melhorada de si (Neves, 2023).

Ao mesmo tempo que as psicopatologias ficam mais normalizadas e difundidas, individualiza-se o sofrimento, retira-se esse sofrimento do social, colocando-o como um fardo, um fracasso individual.

As práticas de “*enhancement*” se apresentam aqui, por sua vez, referindo-se àquilo que foi colocado no início deste capítulo, a faceta da psiquiatria que não se restringe a curar, mas oferece uma função de aprimoramento, promete um bem-estar:

O que está em jogo aqui é a busca por um bem-estar, com toda carga fantasiosa de um estado de vida melhor do que aquele que se vive no presente. Trata-se de viver uma vida melhor, da busca por uma wellness que está para além da cura e de sua promessa de reestabilização de uma pretensa normalidade do funcionamento orgânico. Mas no campo do gozo, as definições do que seria uma vida melhor já não são oriundas dos desequilíbrios internos de cada sujeito. Essas definições são marcadas por dinâmicas e interesses que lhes escapam, mas que lhes chegam como ideais a serem buscados. Ora, o conjunto desses ideais, tal como vimos no caso do ideal de liberdade presente nas matrizes psicológicas do neoliberalismo, é definido segundo os interesses econômicos da lógica neoliberal (Neves, 2023, p. 147).

Aqui se verifica, de forma clara, um dos aspectos da não tolerância à frustração que discutíamos nos capítulos anteriores do presente trabalho. Essa incompreensão com o descontentamento, com a não satisfação plena. Ora, se todos parecem felizes, se a felicidade é não só o meu direito, como é meu dever, se a mídia prega a fórmula da felicidade em um piscar de olhos, como posso não estar feliz? A resposta, claro, deve ser alguma disfunção orgânica, um transtorno. Afinal, por que haveria qualquer outro motivo para tanto?

A concepção neoliberal de que se pode sempre ser uma versão melhor de si mesmo, mais produtivo, mais funcional, mais saudável, feliz, ou criativo, em suma, mais completo, dessa forma, é evidentemente acompanhada de todos os produtos que podem oferecer esse potencial. Não faltam produtos para acordar, dormir, sorrir ou performar melhor no sexo. Uma gama enorme de medicamentos, suplementos e técnicas para funcionar mais e melhor está dada. Surgem novas causas para os desconfortos e sofrimentos e, rapidamente, novas soluções - trata-se de uma “obsolescência programada” (Silva Junior, 2016, p. 235) não apenas de nossos aparelhos eletrônicos, mas dos próprios sofrimentos e patologias que dão contorno à subjetividade humana neoliberal, permitindo que a máquina capitalista siga girando sempre como a próxima promessa de felicidade e satisfação.

A psiquiatria, dessa forma, produz um saber que impera retroativamente sobre os indivíduos, não só criando patologias e seus respectivos tratamentos, mas determinando as possibilidades de existência desses indivíduos. O próprio modo de subjetividade produzido corresponde às lógicas e funcionamentos neoliberais (Neves, 2023; Hacking, 2009).

5.4. Onde a psicologia entra nisso?

A biologização da psiquiatria, coloca Neves (2023), tem como uma de suas consequências o entendimento de qualquer tipo de sofrimento psíquico como um déficit biológico que não tem correlação com o social. É essa caracterização do sofrimento como patologia, como um fato isolado que representa uma “falha”, um “erro”, que permite que ele possa ser corrigido e suprimido através, dentre outras coisas, de fármacos.

Os sofrimentos psicológicos que levam alguém a procurar uma terapia ou outra forma de ajuda, assim, são facilmente descolados da realidade social. Pouco se reflete que talvez uma criança não fosse diagnosticada com TDAH se a sociedade na qual está inserida tivesse valores outros que não os de obediência e produção, por exemplo. O diagnóstico psiquiátrico, dessa maneira, aparece descolado do resto da personalidade do indivíduo ou de como se dá a relação entre esse indivíduo e seu entorno, de como ele responde às demandas e regras sociais:

Os pacientes chegam ao consultório descrevendo a si mesmos pelo diagnóstico psiquiátrico que receberam e entendendo sua "condição" (como depressivo, bipolar, borderline etc.) como um fato isolado, sem qualquer relação com sua vida, uma vez que, afinal de contas, trata-se não de um problema dele, mas de processos orgânicos deficitários em seu cérebro (Neves, 2023, p. 144)

A psicologia, como todas as outras áreas, não passou ileso por esse empreendedorismo da vida que vemos crescer na sociedade contemporânea. Não são poucos os que buscam terapia para “poder funcionar” ou, ainda, funcionar “melhor”. Buscam, muitas vezes, soluções rápidas, focadas na ação e técnicas psicológicas que vão permitir o ágil alcance desses objetivos. Diante dessa realidade, técnicas já existentes no âmbito dos recursos humanos, como otimização de performance e gerenciamento de conflitos, começam a ser empregadas com força nos consultórios (Safatle, 2022).

A terapia cognitivo-comportamental, a exemplo, se assemelha muito a um raciocínio empresarial ao estabelecer passos, objetivos e mensurar resultados alcançados no processo. Tal racionalidade enxerga o processo terapêutico como uma caminhada linear, na qual basta a vontade e a dedicação para que se alcancem as metas desejadas, e o ser humano como mera massa de modelar, sempre passível de sucessivas melhorias e polimentos.

Na mesma medida em que os fármacos são buscados e utilizados para responder a uma suposta disfunção, os próprios tratamentos psicológicos são buscados como um artigo de mercadoria, seja para se acessar um autoconhecimento, ser uma “pessoa melhor” ou como uma forma de resolver rapidamente tudo aquilo que aflige o indivíduo:

Ainda chegam pessoas querendo fazer análise como se vissem o tratamento como o último grito em cosméticos, uma espécie de mercadoria e que supõe o analista como vendedor de pacotes de felicidade, devidamente embrulhados e entregues, desde que o cliente-consumidor possa pagá-los. (Silva et al., 1983, p. 1088).

Há, dessa forma, a necessidade de questionar onde o saber psicológico se situa frente às demandas do neoliberalismo: serve como disciplina que questiona essa racionalidade disfuncional ou serve como instrumento normatizador e adaptativo.

5.5. Depressão e o direito à tristeza

O significante “depressão”, como coloca Dunker (2023), ganha maiores proporções a partir da crise de 1929. Hoje, ela é chamada por muitos de “doença do século”, com mais de 300 milhões de pessoas convivendo com essa condição, de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). No Brasil, vemos os maiores índices da América Latina (Errazuriz et al., 2023).

Como exposto anteriormente, o próprio neoliberalismo produz as formas de subjetividade e as psicopatologias das sociedades que nele se inserem. Dunker (2023) apresenta o que ele chama de “hipótese depressiva”. Para entender tal hipótese é necessário, antes, apresentar a “hipótese repressiva”, à qual ela se contrapõe. A hipótese repressiva diz respeito ao que, como já exposto, era possível enxergar, por exemplo, no Capitalismo industrial, em que se desenvolveu a psicanálise. Tal hipótese e forma de enxergar o psiquismo se apoiava na ideia de que os sofrimentos humanos e os padecimentos psíquicos ocorrem por razão dos indivíduos reprimirem parte de si, seus desejos, para se adequar à sociedade. O autor coloca que a virada para a hipótese depressiva ocorreu nos anos 1970 com o surgimento do neoliberalismo e as transformações econômicas e discursivas que o acompanharam. Nesse momento passa-se “a evitar a hermenêutica do conflito e substituí-la por uma retórica da intensificação ou da desintensificação, da potência e da impotência, em torno das funções do eu.” (Dunker, 2023, p. 182).

Como exposto ao longo deste trabalho, o espaço entre o que o indivíduo moderno é e o que ele poderia ser causa muito mais angústia na atualidade do que as proibições que o continham nas épocas que o precederam. Não ser esse super ser humano ideal, que é tudo o que pode ser, causa vergonha àqueles que não correspondem às expectativas (Ehrenberg, 2009). O autor, no livro “The weariness of the self” (2009), afirma que a condição depressiva, ao longo das últimas décadas, vem sendo entendida pela psiquiatria como inação. “Não por acaso, a imagem contemporânea da depressão na psiquiatria consiste praticamente na inversão da concepção de individualidade tornada imperativa na modernidade tardia.” (Peters, 2021, p. 5).

Entender-se-ia, aqui, aquele que está deprimido justamente como o inapto a responder às demandas do Capitalismo pós-moderno. Sua antítese. Peters (2021) afirma que a “exigência normativa de autorrealização dirigida aos indivíduos se conecta ao fato de que ela é um imperativo sistêmico do próprio modo de funcionamento do novo Capitalismo” (Peters, 2021, p. 3).

A ideia de uma - proposta por Peters (2021) - pandemia de depressão aparece especialmente quando a condição é vista sob o prisma da incapacitação para o trabalho, uma vez que a “atividade”,

no modo de funcionamento Capitalista, é o critério decisivo para que alguém seja imbuído de valor (Peters, 2021, p. 76).

Peters (2021), ao discorrer sobre as demandas impostas aos indivíduos no Capitalismo tardio, afirma que o que acontece é um verdadeiro malabarismo de

responder a exigências que implicam vários outros “trade-offs” arriscados: horas suficientes de sono reparador, exercício físico, tempo de trabalho, ocasiões de sociabilidade que permitam o cultivo de habilidades relacionais etc. (Peters, 2021, p. 4).

O autor afirma, ainda, que a condição depressiva aparece, nesse contexto, como o oposto da forma de subjetividade encorajada pelo novo Capitalismo, entendendo o sujeito depressivo como um “empreendedor colapsado”:

Nele, a letargia substitui a iniciativa; o encolhimento no senso de futuro substitui a formulação e a implementação de projetos de vida; a terrível experiência de si como fardo, frequentemente vivenciada no próprio corpo, toma o lugar do ânimo motivacional que possibilitaria persistir em um ou mais empreendimentos; a imobilidade prática e a rigidez expulsam a mobilidade e a flexibilidade versátil demandadas das subjetividades contemporâneas; e, por fim, o isolamento existencial sobrepuja a comunicabilidade que torna possível a participação em múltiplos e diversificados círculos sociais de apoio e influência. (Peters, 2021, p. 5).

Trata-se, dessa forma, daquele que não produz, não compra, não usufrui das “experiências” e “liberdade” oferecidas pelo Capitalismo. Como bem coloca Dunker (2023), é aquele visto como “fracassado”, “inadequado”, ou seja, aquele que falhou em se ajustar ao modo de funcionamento do mundo. Esse sofrimento, entretanto, não se revela mais como um entrave para o modo de funcionamento neoliberal, mas passa a ser visto como combustível. Por meio da administração desse sofrimento é possível alcançar um aumento ainda maior da produtividade.

Dessa forma o neoliberalismo retroalimenta essa indústria do sofrimento, com o auxílio da psiquiatria e indústria farmacêutica, como já exposto anteriormente. Ele permite que esse “fracasso” em se adequar não seja visto tanto sob um prisma de responsabilidade individual, mas como uma determinação com a qual o sujeito não tem como lutar uma vez que provém de disfunções biológicas em seu organismo e neurotransmissores:

Esta nova narrativa de sofrimento individualiza o fracasso, na forma da culpa, sem interiorizá-lo na forma de conflitos. Com isso ela consegue isolar completamente a dimensão política, das determinações objetivas que atacam nossas formas de vida, redimensionando trabalho, linguagem e desejo, do sofrimento psíquico. Isso pode ser ótimo do ponto de vista da explicação social da produção de desviantes, fracassados ou excedentes do sistema de produção, no entanto isso só funciona porque tem um enraizamento real na experiência depressiva. Nela a autoavaliação, auto-observação, o juízo comparativo e a apreciação de si mesma ocupa longas

extensões de tempo e rapta grande parte da energia psíquica do indivíduo (Dunker, 2023, p. 190)

Uma das perguntas que se fez no início deste trabalho foi por que os indivíduos seguem tristes mesmo frente a tanta “liberdade” ou, ao menos, maiores possibilidades de escolha e de caminhos de vida que há algumas décadas. Uma “liberdade” associal, inabalável à alteridade, para Honneth (2003), resulta, necessariamente, em um sofrimento de indeterminação - uma auto afirmação vazia, que resulta em inação. O princípio verificável aqui é de que os sofrimentos humanos

devem ser entendidos como modos de inadequação do sujeito frente aos ideais de seu tempo. Faz sentido: num tempo em que os ideais são a soberania absoluta da vontade individual sobre seu próprio destino, qualquer falha possui o valor de fraqueza, incompetência, covardia e falta de vontade. (Silva Junior, 2023, p. 274).

No mesmo sentido, para o psicanalista Darian Leader a depressão pode ser entendida como uma forma de dizer não àquilo que somos ordenados a ser (Leader, 2009), ou seja, justamente de não responder às demandas de produtividade e felicidade capitalistas.

A psicanalista Ana Magnólia Mendes (2020) apresenta a ideia de uma “patologia da melancolização”. A autora explica que se trata da criação disfuncional de laços sociais que forjam sujeitos melancólicos – sujeito este fixado passivamente em um lugar por não ter vivido o luto pelas ilusões criadas pelo modelo produtivista.

Ocorre uma comunhão com essa voz, extremamente poderosa, que é a voz do supereu na perspectiva lacaniana, supereu como imperativo do gozo. Voz que diz “você pode tudo que quer”, mas como esta é impossibilidade do real ele mesmo, torna-se uma ilusão nos contextos de trabalho produtivo, onde ressoam o trauma infantil que de há possibilidade de satisfação da pulsão. A pulsão não se satisfaz, a necessidade sim pode ser satisfeita. A voz do supereu proferida nos modelos produtivistas faz o trabalhador acreditar que a pulsão se satisfaz, e mais: de modo pleno. Nesse sentido, penso existir uma política do supereu, que é instrumento do Capital, ao lhe ser dado todo o poder que ele busca para criar os “todos poderosos.” (Mendes, 2020, p. 84).

Essa lógica, explica a autora, atua no sentido de proteger os sujeitos “do desamparo, da dor de existir, da angústia de castração, que implica um não saber sobre o real” (Mendes, 2020, p. 80), mas corresponderia a trocar a condição humana para se tornar um inumano feliz.

Mendes (2020), discutindo a relação entre o Capitalismo neoliberal e a patologia da melancolização, afirma que, no modelo produtivista e consumista, desapareceria o desejo e, com ele, o próprio sujeito. A autora desenvolve:

Essa condição de evocado é sustentada nesses modelos pela repetição dos protocolos, forjando de forma lisonjeira o sujeito da repetição, o trabalhador produtivo e feliz! Se você é este sujeito, você está muito bem no mundo do Capital

digital onde a imagem é valorizada, o excesso é legitimado, é um sujeito fashion. O custo para estar na moda é o abandono do desejo, uma vez que a singularidade dá lugar ao padrão, o sujeito transforma-se em objeto ofertado ao Capital, comercializando-se. Esta evocação, e muitas vezes, convocação, especial das redes sociais e aplicativos que escravizam fixa o sujeito em um lugar na cadeia de significante (Mendes, 2020, p. 83).

Já falava sobre a homogeneização dos indivíduos Debord (1997), afirmando que tal fenômeno leva o indivíduo ao sofrimento e à inibição afetiva, justamente pelo fato de cobrir a falta desejante do sujeito. O resultado, em sua visão, é a ausência do sentido para o existir.

Mais do que exprimir um padecimento psíquico individual, Han (2017) enxerga a depressão como um produto do modo de vida imposto pela sociedade contemporânea, um mal-estar social. O filósofo afirma que o contexto patológico do século XXI, dominado por doenças neuronais, como a Síndrome de Burnout (SB), a Depressão e o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) seriam provocadas pelo excesso de positividade ou violência neuronal, ou seja, não seriam causadas por um imperativo de obediência, mas como consequências da autoexploração:

Tanto a depressão quanto o TDAH ou a SB apontam para um excesso de positividade. A SB é uma queima do eu por superaquecimento, devido a um excesso de igual. O hiper da hiperatividade não é uma categoria imunológica. Representa apenas uma massificação do positivo (Han, 2017, p. 21).

Affonso (2022) sustenta que os adoecimentos descritos por Han (2017) são resultado da ideologia do “tudo é possível” e da ideia de que “todo mundo pode” (Affonso, 2022, p. 8). De acordo com a autora, esses ideais alimentariam uma cultura da culpa, causando sofrimento psíquico.

De forma similar, Peters (2021) entende que o abismo entre a consciência de potenciais experiências de vida e aquelas que realmente são factíveis - ou entre quem os indivíduos são e quem poderiam ser, de acordo com o discurso Capitalista -, resulta em um forte senso de insuficiência e inferioridade.

Dessa forma, é possível entender os transtornos depressivos como uma resposta direta aos imperativos de produção, felicidade e plenitude da sociedade contemporânea. Trata-se quase de um rebelar-se, uma tomada de posição que vai na contramão dos ideais mais caros ao neoliberalismo, o estar e o se mostrar sempre aptos e vorazes ao trabalho e ao Capital, ao contentamento e à positividade.

Se em momentos anteriores delineou-se o direito à felicidade, antes desta ter se transformado em um dever, o que sugerimos aqui é um direito à tristeza. Não devem ser confundidas, entretanto, a depressão e a mera tristeza. Entende-se, como bem colocado pelo pai da psicanálise em “O mal estar

na civilização” e demonstrado nos capítulos anteriores, a felicidade não como algo natural, mas como corriqueiro. O direito à tristeza seria o direito a não precisar performar e estar à altura de um ideal de felicidade que nunca se concretiza, mas viver a vida com suas dores, aborrecimentos cotidianos, seu tédio e seus dias cinzentos, como eles muitas vezes são.

Esse direito à tristeza se coloca aqui justamente como uma possibilidade para que não se padeça de transtornos depressivos, que podem surgir como um último artifício contra essas tantas imposições e mandamentos de felicidade e produção.

6. CONCLUSÃO

Refletir sobre a busca humana por felicidade e os seus entraves é uma tarefa infundável. Dentre muitas outras razões, em parte pelo fato de conceitos como “felicidade” e “sofrimento” serem não só abstratos, como essencialmente subjetivos.

Buscou-se, inicialmente, tentar definir o que seria essa felicidade da qual tanto se fala. Foi feito um percurso pela forma como épocas, culturas, visões e filosofias conceituaram e experienciaram a ideia do ser feliz. O que há 500 anos era visto como um sentimento apenas possível de se experienciar de forma acabada junto a Deus passou a ser entendido como um direito e, então, como uma prescrição, uma demanda.

O sofrimento, visto por muito tempo como uma penitência necessária e louvável, como uma característica que destacaria alguém como justo e digno de proximidade junto a Deus, aos poucos passa a representar algo que deve ser combatido em nome do progresso. Esse progresso, inicialmente, dizia respeito principalmente a um progresso da sociedade como um todo, da humanidade, vista de forma geral – o Iluminismo inaugura a idade das luzes, na qual a alegria e o prazer são leis naturais da espécie humana. Não se trata apenas de concepção ideológica ou filosófica, mas passam a ser direitos de fato previstos em leis e declarações, como a de Independência dos Estados Unidos.

Passa a se delinear uma realidade, dessa forma, na qual tudo aquilo que contrarie tal direito aparece como afronta. A ideia da felicidade como um direito coloca o sofrimento em um lugar complicado, na medida em que dá a impressão de que quem o experiencia está sendo violado, afastado do que é – ou deveria ser – seu por direito. A alegria plena e constante vai, gradualmente, se tornando algo esperado e fomentado pela mídia de forma que não se tolera mais aguardar por uma felicidade que em teoria deveria já estar estabelecida e em pleno funcionamento. A maneira mais fácil e rápida de se contornar esse desconforto é acreditar fielmente nas sucessivas promessas de felicidade sugeridas pelas mídias e redes sociais: um produto, uma experiência, um estilo de vida, um hobby.

Quando as mídias incitam essa racionalidade, na qual basta seguir alguns passos, adquirir alguns produtos ou ter certo estilo de vida para que tudo “se resolva” e o felizes para sempre se estabeleça e o estado de espírito do indivíduo nunca acompanha o prometido, a consequência direta e clara é uma intensificação do sofrimento. A condição perversa, entretanto, dessa realidade, é que a máquina do Capital só segue girando justamente caso essas promessas de felicidade acabem frustradas. É apenas porque a opção A não trouxe felicidade plena que a opção B, C e D atingirão sucesso de vendas.

Tudo o que escapa a essa realidade é visto como desviante em nossa cultura. Nesse sentido, mais do que de fato ser, é necessário ao menos parecer, ao menos performar. Há uma prescrição para a funcionalidade, para a produção e para o subsequente consumo, características sem as quais nenhum ser humano ganha o privilégio de ser aceito por seus pares e ter um assento na sociedade neoliberal. Verifica-se que a própria forma de se descrever o sofrimento dentro da psiquiatria e psicologia sofre influência dessas concepções: comportamentos desviantes, que parecem não se adequar a essas prescrições capitalistas são patologizados e transformados em transtornos a serem combatidos e resolvidos em um piscar de olhos com o uso de psicofármacos – os quais, diga-se de passagem, por sua vez alimentam uma das indústrias mais lucrativas da contemporaneidade.

Concepções como a felicidade e o sofrimento vão ganhando, assim, definições de capital e moeda de troca. Passam a ser elementos centrais na engrenagem neoliberal na medida que determinam o destino e as estratégias não só da indústria farmacêutica, mas de diversas outras, como a do *wellness*, do entretenimento ou do trabalho. Na medida em que se torna possível investir em si mesmo, na própria felicidade, crescimento e capacidade, o próprio ser humano passa a ser concebido como empresa, como indústria.

Essa suposta garantia contraprestacional de felicidade, sucesso, rentabilidade e plenitude ao se investir em si, quando frustrada, gera grande sofrimento. Por se enxergar como um investimento, como uma indústria que, pelas lógicas do Capital, não cessa de funcionar e crescer, quando se depara com a crua realidade de que o sofrimento não deixa de existir, o homem entende que a culpa pela situação é única e exclusivamente sua.

O ser empreendedor de si mesmo, de forma a viver uma vida autêntica e livre, que na teoria deveria proporcionar a felicidade buscada por séculos através da liberdade de escolha, se volta contra si mesma. Não se trata de uma liberdade sem limites, mas de um mandamento de que se pense, sinta, viva e, principalmente, goze de acordo com a racionalidade neoliberal. O que experimenta-se hoje é sumariamente a morte do banal – todo comportamento ou interesse deve ser útil, milimetricamente calculado para que proporcione dinheiro, engrandecimento pessoal ou prazer. A felicidade se torna um fim a ser adquirido, não um meio ou um estado de espírito passageiro.

O sofrimento, hoje, se instaura obviamente por diversos motivos, mas também por não se alcançar essa felicidade. A produtividade falha, tropeça, e o ser humano não consegue performar na lógica do Capital de forma constante. A felicidade, o sucesso, o “ser sua melhor versão”, por sua vez, escapam por entre os dedos, nunca se concretizando, sempre demandando mais, sempre se revelando

insuficientes. Trata-se, evidentemente, da falta inerente ao ser humano, mas que se tenta incansavelmente preencher, tampar, ignorar, com o objetivo de fugir do sofrimento. Sofre-se por não poder sofrer, por ser convocado ao sempre mais e melhor.

O saber e o fazer psicológico se inserem nessa realidade em um local de especial destaque e delicadeza, uma vez que pode ser usado tanto como forma de compactuar com um sistema que visa enquadrar os indivíduos e os manter em funcionamento empreendedor, quanto para questionar e propor uma segunda via. O que se sugere, aqui, é que aos seres humanos seja permitida tanto a felicidade quanto a dor de existir. Que seja reconhecida e respeitada sua individualidade e as tantas plurais e belas formas de experienciar esses sentimentos, emoções ou estados, seja lá como se decida os denominar.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFFONSO, Mariana Ramos Marques. Sociedade do cansaço: interfaces com a psicanálise. 2022. Disponível em: <https://ariel.pucsp.br/bitstream/handle/39825/1/Mariana%20Ramos%20Marques%20-%20Monografia.pdf> . Acesso em 15 jun. 2024.
- ALMEIDA, Alexandre Patricio de. O superego arcaico, as redes sociais e sua relação com o burnout na era do cansaço. *Jornal de Psicanálise*, v. 55, n. 102, p. 105-123, 2022. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v55n102/v55n102a08.pdf> . Acesso em 15 jun. 2024.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic And Statistical Manual Of Mental Disorders: DSM-5*. Arlington: APA, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt (2001) *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- BÍBLIA, N. T. Mateus. In: *Bíblia Sagrada*. Tradução de Fernando. 3ª Edição. São Paulo - SP: Editora NVI, 2023.
- BRUCKNER, Pascal; BELO, António Cruz; DE ALMEIDA, Carla Hilário. *A euforia perpétua: ensaio sobre o dever de felicidade*. 2002.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2009). *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. A "nova" fase do neoliberalismo. *Outras Mídias*, 29 jul. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3ltKv0T>>. Acesso em: 12 maio 2025.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: editora Contraponto, 1997.
- Leader, Darian. 2009. *The new black: mourning, melancholia and depression*. London: Penguin Books.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. *A hipótese depressiva. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, 2023.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz et al.. *Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, 2023.
- EHRENBERG, A. *The weariness of the self*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2009.

EHRENBERG, A. O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.

ERRAZURIZ, Antonia et al. Prevalence of depressive disorder in the adult population of Latin America: a systematic review and meta-analysis. *The Lancet Regional Health—Americas*, v. 26, 2023. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2667-193X%2823%2900161-8> . Acesso em 21 jun. 2024.

FELICIDADE. In: Dicionário Michaelis. 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/felicidade/>. Acesso em 02/05/2024

FOUCAULT, M. História da loucura. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FOUCAULT, M. (1975). Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANCO, F.; et al. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (Orgs.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREIRE FILHO, João. Ser feliz hoje: Reflexões sobre o imperativo da felicidade. São Paulo: FGV, 2010. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Ui4yDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=FREIRE+FILHO,+Jo%C3%A3o.+Ser+feliz+hoje:+Reflex%C3%B5es+sobre+o+imperativo+da+felicidade.+S%C3%A3o+Paulo:+FGV,+2010.&ots=HG5MHjDboP&sig=zKqP4d-y18Y3DAcmyjTaR6u3kJE#v=onepage&q=FREIRE%20FILHO%2C%20Jo%C3%A3o.%20Ser%20feliz%20hoje%3A%20Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20imperativo%20da%20felicidade.%20S%C3%A3o%20Paulo%3A%20FGV%2C%202010.&f=false> . Acesso em 21 ju. 2024.

FREITAS, Karla Cerqueira. O imperativo da# felicidade na plataforma de rede social Instagram. 2021. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33441/1/Karla%20C.%20Freitas%20-%20Disserta%C3%A7ao%20-%202017.pdf> . Acesso em 21 jun. 2024.

FREUD, Sigmund. Do mal-estar da civilização moderna. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

FREUD, S. (1923). O Eu e o id. In: FREUD, S. Obras completas (Vol. 16). São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

HACKING, I. Ontologia histórica. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2009.

HAN, B. Sociedade paliativa – a dor hoje. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2021.

HAN, B. C. (2010). Sociedade do cansaço. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2013.

HONNETH, A. Patologias da liberdade individual: o diagnóstico hegeliano de época e o presente. Trad. Luiz Repa, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 66, p. 77-90, jul. 2003.

LIPOVETSKY, Gilles (2007). A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo, Companhia das Letras.

MENDES, Ana Magnólia. Discurso Capitalista colonial e a patologia da melancolização. In: Sousa-Duarte, F.; Mendes, AM; Facas, EP (Orgs.). *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. Editora Fi, 2020. Disponível em:

<https://biblioteca.unisced.edu.mz/bitstream/123456789/1951/1/Psicopol%C3%ADtica%20e%20psicopatologia%20do%20trabalho.pdf#page=76> . Acesso em 21 jun. 2024.

NEVES, Antonio et al. A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, 2023.

PENA, R. F. A. O que é neoliberalismo? Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-neoliberalismo.htm> . Acesso em 18 jun. 2024.

PEREIRA, M. E. C. O DSM-IV e o objeto da psicopatologia ou psicopatologia para quê?

QUEIROZ, Adriana. A Questão da Identidade: Uma Articulação entre Psicanálise e Estudos Decoloniais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 23, n. 4, p. 1384-1404, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4518/451877426013/451877426013.pdf> . Acesso em 10 jun. 2024.

SAFATLE, Vladimir Pinheiro. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, 2022.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica Editora, 2021.

SILVA JUNIOR, N. Epistemologia psiquiátrica e marketing farmacêutico: novos modos de subjetivação. *Stylus Revista de Psicanálise*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 221-239, nov. 2016.

SILVA JUNIOR, Nelson da. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do " Pacto edípico ao pacto social", de Hélio Pellegrino, ao " E daí?", de Jair Bolsonaro. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, 2023.

SILVA, Matheus da Costa. *Redes sociais, solidão e psicanálise: uma revisão bibliográfica*. 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/10650/1/Redes%20sociais%2C%20solid%C3%A3o%20e%20psican%C3%A1lise%20-%20uma%20revis%C3%A3o%20bibliogr%C3%A1fica.pdf> . Acesso em 21 jun. 2024.

SILVA, P. S. L.; LIMA SILVA, M. A.; PRZEMYSŁAW, R.; MONTEIRO, M. E. D.. Quem está pirando no Rio de Janeiro: as transformações da demanda de psicoterapia. *Ciência e Cultura*, v. 35, n. 8, p. 1078-1100, 1983.

SCHESTATSKY, Sidnei; FLECK, Marcelo. Psicoterapia das depressões. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 21, p. 41-47, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/NTGTsFfTZkPK8Y3rDvzksPM/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 21 jun. 2024.

TAYLOR, Charles. *A ética da autenticidade* Trad. de Talyta Carvalho São Paulo: É Realizações, 2011.

TAYLOR, G. O novo espírito da depressão: imperativos de autorrealização e seus colapsos na modernidade tardia. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 21, p. 71-83, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/nFV4zPdgdBnvqnsGZfKcT7N/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 21 jun. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *The World Health Report 2001. Mental Health: New Understanding, New Hope*. 2002.

ZIZEK, Slavoj. *O superego pós-moderno*. Folha de São Paulo, 1999.